

## Contratos Instrumentais

Essa expressão geralmente é utilizada para se referir aos contratos disciplinados na lei de licitações, ou seja, aqueles contratos utilizados no *dia-a-dia da Administração Pública*. São aqueles contratos semelhantes aos utilizados no direito privado, mas com regime total ou parcialmente guiado pelo Direito Administrativo, em especial pela Lei de Licitações.

São exemplos de contratos instrumentais a compra de bens, prestação de serviços (à própria administração), edificação de obras, locações, etc.

## Contratos de Cooperação

São marcados da presença de *finalidade comum entre as partes contratantes*. Geralmente, quando falamos em contrato de cooperação, estamos falando da **Administração contratando com um ente do terceiro setor** (ente privado com finalidade pública e sem fins lucrativos).

São exemplos: convênio, consórcio público, contrato de gestão com as OS, termo de parceria com as OSCIPs, acordos de cooperação, termos de fomento, termos de colaboração com as OSC, etc.

## Contratos de Concessão

São contratos que visam à *transferência de poderes de prestação de serviços públicos ou administrativos a particulares*, inclusive de gestão e exploração de bens públicos. Geralmente, são contratos que envolvem grandes investimentos, e por isso vigem por longo prazo. Em razão disso, esses contratos são marcados pela **incompletude**, já que é muito difícil planejar um contrato por décadas.

Importante destacar que o que se transfere ao particular não é a titularidade do serviço público, que continua sendo da Administração, mas sim a execução daquele serviço por um determinado número de anos.

São exemplos: concessão comum (tarifas pagas pelo usuário), PPPs, Concessão Florestal, de minas, etc.

## Acordos no exercício de poderes de autoridade

São aqueles acordos em que a Administração utilizada no exercício de seus poderes de autoridade. Sabemos que a Administração tem uma série de poderes de restrição de direitos fundamentais, como poder de polícia, poder disciplinar, etc. Tradicionalmente, a Administração sempre agiu, nesse âmbito, de maneira verticalizada, impondo as suas decisões de forma coercitiva ao seu destinatário. No entanto, nos últimos anos, temos percebido a valorização do

diálogo e da construção de consensos no exercício desses poderes de autoridade. São exemplos os acordos realizados por ela, como a leniência, acordos de cessação de práticas, entre outros.

Esses acordos podem ser divididos em:

- **Acordos integrativos:** Geralmente se acoplam ao processo administrativo. Ex.: Acordo de leniência.
- **Acordos substitutivos:** Quando firmados, substituem o processo. Ex.: Compromissos.